

CEDI - P. I. B.
DATA 06/12/89
COD. B0048

SEGUNDO RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO
ÁREAS BORORO DO RIO SÃO LOURENÇO

Julho de 1986

SYLVIA CAIUBY NOVAES

2º RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DAS ÁREAS BORORO DO RIO SÃO LOURENÇO

Sylvia Caiuby Novaes

INTRODUÇÃO

Neste relatório apresento as análises feitas a partir de dados colhidos durante a segunda viagem de avaliação das áreas Bororo do Rio São Lourenço. Gostaria de salientar que aqui procuro apenas completar o quadro já delineado no primeiro relatório (vide Serpa e Caiuby Novaes - Primeiro Relatório) e apontar as transformações ocorridas no período Setembro de 1985 (data da primeira viagem) a Julho de 1986 (data da segunda avaliação).

Calendário da Viagem

- 7/7/1986 - Saida de São Paulo, com destino a Goiânia e Barra do Garças
- 8/7 - Aquisição de presentes e mantimentos. Permanência na sede da FUNAI em Barra do Garças para discussão de questões relativas aos Bororo e à administração da FUNAI na área.
- 9/7 a 16/7 - Permanência nas aldeias Bororo de Meruri e Garças, onde estava sendo realizada a Assembléia Nacional do CIMI e a comemoração dos 10 anos da "Chacina do Meruri".
- 17/7 - Saida do Meruri com destino a Barra do Garças.
- 18/7 - Saida de B. Garças para Primavera e Rondonópolis.

19 e 20/7 - Rondonópolis. Contactos com chefe de posto do Tadarimana, aquisição de presentes e mantimentos para a viagem ao Tadarimana.

21, 22 e 23/7 - Aldeia do Tadarimana.

23/7 - Aldeia do Pobori.

24, 25, 26 e 27/7 - Aldeia do Córrego Grande.

28/7 - Aldeia do Piebaga.

29/7 - Saida de Rondonópolis com destino a Cuiabá.

30/7 - Saida de Cuiabá com destino a São Paulo.

Em todas as aldeias pude realizar reuniões com os índios, onde discutimos a respeito dos vários itens tratados no relatório anterior. Na aldeia do Tadarimana (e apenas aí) a reunião realizada contou também com a presença do chefe do posto. Como havia previamente enviado cópias do relatório anterior para todos os chefes de aldeia, assim como para os chefes de posto e delegado da 5° DR, as reuniões foram pautadas por aqueles mesmos itens.

Em todas as aldeias pude fazer o levantamento demográfico da população Bororo. Registreij a distribuição das pessoas pelas casas, relações genealógicas entre elas, o clã a que pertencem e a proporção adultos/crianças. São dados fundamentais para quem quer ter uma real compreensão desta sociedade. Para este relatório apresento o quadro populacional por aldeia e os mapas de cada uma delas, realizados por Luis Doniseti Benzi Grupioni, aluno de graduação do Departamento de Ciências Sociais da USP, que me acompanhou durante a viagem.

Neste relatório não me aprofundo na discussão da situa-

ção legal dos territórios Bororo, uma vez que este item será objeto do relatório de Paulo Serpa, que aguarda ainda viagem a Brasília a fim de se informar sobre o andamento dos processos jurídicos relativos às áreas Bororo.

Finalmente, gostaria de salientar que a situação hoje vivida pelos Bororo é muito diferente de uma aldeia para outra, mesmo que sejam duas aldeias de uma mesma reserva ou unidade administrativa da FUNAI. Estas diferenças estão ligadas:

- 1) Ao próprio processo de formação das aldeias, que envolvem cisões e alocação de populações alijadas de sua área original.
- 2) A densidade populacional da aldeia.
- 3) As características e recursos do ambiente natural.
- 4) A situação legal das terras.
- 5) A relação que a população da aldeia estabelece com a administração local e a população regional envolvente.

Em vista disto, o relatório se atem à situação específica de cada uma delas, e não a uma divisão burocrática e administrativa.

Na parte final do relatório procuro fazer um balanço deste tipo de avaliação e dos possíveis benefícios que ela possa trazer aos índios e antropólogos.

QUADRO DA POPULAÇÃO BORORO - JULHO 1986

	Homens (1) adultos	Mulheres adultas	Crianças sexo m.	Crianças sexo f.	TOTAL
Tadarimana	10	13	12	4	39
Kowogo Iguru	4	4	3	2	13
Pobori	7	5	5	7	24
Córrego Grande	33	44	21	28	126
Piebaga	12	10	6	14	42
Perigara (2)	?	?	?	?	99
Meruri (3)	63	68	88	73	292
Garças (3)	20	23	18	12	73
TOTAL					708

(1) São considerados adultos rapazes e moças a partir de uma idade aproximada de 14 anos, uma vez que é frequente o casamento a partir desta idade e, portanto, a possibilidade dos indivíduos formarem uma nova família nuclear.

(2) Os dados sobre o Perigara foram levantados por Paulo Serpa.

(3) Meruri e Garças não se situam no Vale do São Lourenço. Constam do quadro apenas para que se tenha uma visão mais completa da população Bororo.

TADARIMANA

TERRAS

A área de Tadarimana continua, tal como observamos em Setembro de 1985, sem problemas de invasão ou conflito de terras. Além de sua delimitação por acidentes naturais, os tres núcleos populacionais - Tadarimana, Kowogo Iguru e Pobori - , localizados em diferentes pontos da reserva, tem condições de vigiá-la. Assimale-se ainda que um novo agrupamento, na divisa com o Jurigui, está sendo aberto pelo filho de Hermes, o capitão do Pobori.

Uma das grandes preocupações do chefe de posto - Orlando Graça Leite - é com a ocupação e o beneficiamento da reserva. Sabe-se que a área de Tadarimana é, na região, das poucas terras férteis ainda não exploradas, o que faz com que ela seja extremamente cobiçada pelos regionais, sendo frequentes os comentários de que ela logo será invadida (e isto não deve ser exagero, quando se sabe da organização e atuação crescente da UDR).

Neste sentido, é urgente que se providencie o decreto presidencial homologando a área, para que se possa contar com um mínimo de garantia legal da terra. Acredito que se as terras estiverem juridicamente garantidas os Bororo terão mais condições de ocupá-la e beneficiá-la a seu modo, sem se preocuparem em seguir o modelo regional que é, como se sabe, devastador e predatório.

EDUCAÇÃO

A situação educacional em Tadarimana continua apresentando os mesmos problemas apresentados em relatório anterior, com a diferença de que agora a aldeia conta com uma professora, de quem a comunidade gosta muito.

A merenda escolar (um dos fatores que garante a frequência dos alunos) deverá, segundo o Assessor de Ensino da Superintendência da FUNAI, ser resolvida através de convênio com o governo do Estado, já firmado, e que deverá se iniciar em Agosto. Está também prometida uma verba da FUNAI para complementação alimentar, melhorando assim o nível da merenda.

A compra de material didático, que não tiver sido suprida pelo convênio com o Ministério da Educação, será também realizada com esta verba da FUNAI. Há ainda, para o Pobori, a promessa de contratação de uma professora pelo órgão.

A população de Kowogo Iguru, por não contar com escola própria, frequenta a escola da Paulista, tendo para tal que atravessar o rio. Em todos os lugares, a distância escola/aldeia é um dos fatores que continua dificultando muito o acesso das crianças à escola. Ir para uma escola distante, passar horas aí sem receber a merenda a que tem direito, são fatores que afastam a criança da escola, desestimulando-a. Ainda mais quando se sabe que o programa oferecido não está, de modo algum, adaptado às suas necessidades.

A comunidade gostaria que a escola passasse aos alunos não só a alfabetização e rudimentos de matemática, mas também informações que permitissem situar a criança no mundo de hoje, mos-

trando-lhes que ele não acaba nas fronteiras de sua reserva.

A nova escola deveria ser simples: pequena, de palha como as casas da aldeia, e próxima a ela. Semelhante àquela existente na aldeia do Córrego Grande.

A situação educacional em Tadarimana mantém-se, em suma, praticamente inalterada, com exceção da substituição da professora. Tudo indica que esta situação deverá mudar para rumos mais satisfatórios, mas até o momento os Bororo contam apenas com promessas da FUNAI, da prefeitura local e do governo do Estado.

SAUDE

Segundo o chefe da aldeia do Tadarimana, Eduardo Kogue, não há nem mesmo condições de se reclamar da enfermeira, já que a falta de remédios é total e a FUNAI não fornece a verba necessária para a sua aquisição.

Disseram que a chefe do setor de saúde da FUNAI, D. Cecília, chegou a sugerir que os índios passassem a buscar remédio no mato, em virtude da falta de recursos para compra do remédio industrializado.

A utilização da medicina tradicional dos Bororo deve, efetivamente, ser estimulada, mas não em virtude da total ausência de remédios da farmácia do posto. Sem remédios para administrar, a presença de uma enfermeira, recebendo salários, é considerada absolutamente dispensável pelos índios.

Os doentes continuam sendo levados para Rondonópolis (pe-

lo INPS) ou, em casos mais graves, para a chácara ambulatório da FUNAI EM Cuiabá, de onde são encaminhados para os hospitais, quando necessário.

Gostaria de sugerir a releitura das sugestões apresentadas no relatório anterior que, se seguidas, muito beneficiariam a saúde da população de Tadarimana.

APOSENTADORIA

A aposentadoria pelo FUNRURAL é recebida através dos carnets, em Rondonópolis, entre os dias 7 e 15 de cada mes. Há, ainda, um caso pendente de transferência (João Caio) e um início de aposentadoria (Brasil Kurireu) , emperrados pela burocracia e que poderiam ser rapidamente solucionados.

ATIVIDADES ECONÔMICAS

CULTIVO

O constante atrazo na liberação das verbas, por parte da FUNAI, destinadas à agricultura, levou os Bororo a optarem, definitivamente, pelas roças de toco.

São roças derrubadas "no braço"; este ano roçaram cerca de 2 alqueires para plantar arroz, milho, abóbora, cana, melancia, feijão e mandioca.

A insatisfação da comunidade frente ao pouco caso da FUNAI é enorme. Os índios não são nem mesmo informados da data e quantia da verba a ser liberada (e nem mesmo se haverá verba para o plantio). Até Julho a comunidade ainda não dispunha de sementes ou ramas para o plantio, mas haviam se decidido a não mais esperar pela FUNAI, já que invariavelmente eles são muito prejudicados pelo atraso.

Pretendiam comprar sementes em Rondonópolis, com recursos gerados pela própria comunidade: venda da madeira derrubada para a roça e venda dos garrotes produzidos na área (um bezerro macho, com cerca de 8 meses, poderia ser vendido, na época, por CZ\$ 1.500,00).

Não estavam interessados em tocar uma grande roça, superior às suas necessidades. A roça muito grande dá prejuízo e impede-os de se dedicarem as outras atividades, como caça e artesanato.

Através do Centro de Trabalho Indigenista a aldeia do Tadarimana conseguiu uma máquina para beneficiamento do arroz, antiga reivindicação da comunidade. Seria importante prever nos orçamentos verba para o combustível, para que os Bororo possam manter a máquina em funcionamento.

Gostaria de enfatizar, novamente, a necessidade de se seguir as recomendações apontadas no relatório anterior, principalmente no que diz respeito à liberação das verbas para cultivo em tempo hábil. É fundamental que a comunidade possa participar do planejamento dos famosos "projetos" e que ela tenha conhecimento e controle das verbas aprovadas e da data em que serão liberadas.

GADO

Com verba do POLONOROESTE foram adquiridas, em 1986, 23 cabeças de gado (20 para o Tadarimana e 3 para o Pobori). Este gado foi juntado ao que já havia na área e que vive solto, o que impede o cálculo exato do rebanho. Do gado comprado várias vacas já pariram e outras vieram com cria.

Na opinião do chefe de posto o gado "é uma segurança para os índios", já que na hora do aperto (e a FUNAI sempre atraz na liberação das verbas) é possível vender uma cabeça e obter os recursos de que se necessita.

Creio que o difícil é manter o controle sobre o rebanho, já que grande parte vive solto - ninguém soube me apresentar um cálculo exato do número de cabeças. Até hoje não vi nenhuma aldeia Bororo que estivesse disposta a investir na pecuária - tempo, homens, dinheiro - e que realmente levasse este esforço por um prazo longo. Tal como no caso das roças, que funcionam melhor quando são roças de toco, familiares, acredito que também com relação ao gado os Bororo se dedicam mais quando sabem "de quem é cada vaca".

MADEIRA

Este é, certamente, o item mais polêmico. Segundo o chefe de posto, até hoje a madeira da reserva não foi comercializada, com exceção daquela derrubada pelos índios para o plantio de suas roças.

Há, por parte da comunidade, a intenção de vender ipe, jatobá, angico e aroeira, preservando-se o cedro, que dá apenas para o uso. Mas, para que possam vender a madeira sem problemas, precisam de autorização da Superintendência da FUNAI, que ainda não obtiveram.

São conhecidos os casos de áreas indígenas totalmente devastadas pela derrubada indiscriminadas de madeira, sem que os índios obtivessem com isto qualquer benefício. Os processos abertos contra chefes de postos que se dedicavam a este comércio não correspondem, inclusive, ao número exato daqueles que com isto enriqueceram ilicitamente.

O controle da quantidade de madeira a ser derrubada, das espécies a serem preservadas, do preço a ser obtido é extremamente difícil. Por outro lado, os índios hoje precisam de recursos financeiros para a compra de sementes, adubo, combustível para trator e motores, vacinas, munição, redes de pesca, compras pessoais, etc.. A FUNAI, incapacitada de melhor administrar seu orçamento, não envia as verbas de que as aldeias necessitam (há mais de um ano as verbas de projeto estavam bloqueadas) e as aldeias não tem condições e nem mesmo um sistema econômico apto a gerar recursos para tal.

A madeira é, assim, a forma mais imediata e garantida de se obter os recursos financeiros. Aos índios parece absurdo permanecerem aguardando envio de verbas da FUNAI que nunca são mais do que promessas e manterem esta eterna dependência pelo fato de não poderem explorar a madeira que lhes pertence. Preservar a madeira para os invasores, que ninguém lhes garante que não virão (a reser-

va ainda não dispõe do decreto presidencial homologando-a) também não parece ser um negócio razoável.

Em vista disto sugiro que se proceda a um estudo cuidadoso no sentido de se apresentar um plano para uma exploração criteriosa da madeira da reserva, que leve em consideração as necessidades financeiras da comunidade (não se trata de explorar a madeira simplesmente com o objetivo de obtenção de lucros) e, fundamentalmente, as necessidades de preservação ecológica da área. Este plano deveria ser elaborado pelos índios (que devem ter condições de controle sobre ele), assessorados por um antropólogo, o chefe de posto e um engenheiro florestal.

A impossibilidade de se obter os recursos financeiros necessários através da FUNAI e a não autorização, por parte do órgão tutor, para a exploração da madeira, certamente levarão a sua comercialização clandestina e sabemos, por experiências passadas, o nível de corrupção e devastação a que esta exploração ilícita pode levar.

ARTESANATO

Seria importante que fossem tomadas iniciativas no sentido de melhor viabilizar a comercialização do artesanato, em geral a melhor fonte geradora de recursos para os gastos familiares como a compra do sal, querosene, mate, açúcar, etc..

Em Rondonópolis, a cidade mais próxima, os preços obtidos são baixos e em Cuiabá, onde os preços são melhores, a dis-

tância e o preço da passagem acabam por desestimulá-los.

Um dos grandes problemas do artesanato é a sua distribuição. Não há ausência de mercado, o problema é distribuí-lo, tanto pelo interior do país, como para fora. Neste sentido há uma total inércia do órgão tutor em viabilizar esta distribuição, o que poderia ser feito através de convênios com companhias aéreas, contactos com embaixadas e consulados que se mostrassem interessados, etc..

ARMAS, CAÇA E PESCA

Na aldeia de Tadarimana há poucas armas disponíveis, apenas duas 36 e tres 32, o que dificulta as caçadas coletivas, tradicionais na sociedade Bororo.

Tambem as redes e tarrafas são insuficientes e não se encontram em bom estado.

A compra das armas depende de autorização da FUNAI, que para expedi-las, demora um tempo muito grande, quando chega a fazê-lo. Isto tem levado os índios a aquisição de armas através de contrabando, pagando mais caro por elas. No relatório anterior já havíamos recomendado que a FUNAI facilitasse a obtenção de novas armas e munição, o que não foi feito. Os Bororo reivindicaram pelo menos mais 3 cartucheiras.

Com relação às redes e tarrafas, os Bororo do Tadarimana sugeriram que a FUNAI entrasse em contacto com a Polícia, no sen-

tido de que esta doasse à comunidade as redes e tarrafas apreendidas de pescadores não autorizados .

No relatório anterior apontamos a importância da atividade pesqueira para esta comunidade e recomendamos que esta atividade fosse valorizada nas previsões orçamentárias; gostaria, aqui, de reforçar, mais uma vez, esta recomendação.

Os Bororo do Tadarimana reivindicaram também um caminhão Chevrolet, pequeno, para que possam se locomover pela área e melhor vigiá-la, levar doentes à cidade, carregar a palha para a construção das casas, etc..

POBORI

A população Bororo do Pobori, aldeia da reserva indígena de Tadarimana, próxima à cidade de Rondonópolis, conta com 24 pessoas, como se pode ver pelo quadro populacional apresentado à página 4. Vizinhos aos Bororo, na mesma área, vivem 19 Terena.

E um grupo de crentes, ligados à Assembléia de Deus, onde Hermes, o chefe da aldeia, é diácono.

Um dos maiores problemas desta aldeia é a falta de um rádio, aliás já solicitado em relatório anterior. Em reunião feita com Hermes e o grupo, foram as seguintes as reivindicações feitas:

1. Autorização da FUNAI para vender madeira (vide considerações a este respeito ps. 10 a 12 deste relatório. As mesmas recomendações devem ser seguidas).
2. 40 bolas de arame para cercar o pasto, porque o gado anda solto e estraga as plantações. A comunidade dispõe de 3 vacas, 3 bezerros e 1 cavalo.
3. Duas cartucheiras para caça (32 e 28).
4. Um motor para a bomba puxar água.
5. Crédito na farmácia de Rondonópolis para aquisição de remédios. A enfermeira é nora de Hermes e muito bem aceita pela comunidade, mas não dispõe de remédios para administrar aos doentes. Cuiabá é lonje e a passagem cara. Atualmente a comunidade conta apenas com a ajuda dos irmãos da Assembléia de Deus, que auxiliam com remédios do CEME e com crédito para compra na farmácia.
6. Aposentadoria: viabilizar o processo de Hermes (que

sofre da coluna) e de sua mulher Irene.

Trata-se de um grupo empreendedor, que pela primeira vez se sente apoiado pelo chefe de posto. Tem uma boa roça de toco, com abóbora, mandioca, milho, arroz, feijão, banana, cana, quiabo, caroá, batata e maxixe. Mantem também um pomar, bem ^{U.}ciudadado, com 3 pés de laranja, 3 de jaca, 2 de abacate, 58 pés de mamão, 156 goiabeiras e 300 bananeiras.

Recentemente construíram uma enfermaria e uma casa para a enfermeira e sua família. A escola começará em Agosto, num galpão a ser fechado, com professora já contratada pela FUNAI.

O grupo vive, de certo modo, afastado das outras aldeias Bororo, provavelmente por serem adeptos da Assembléia de Deus e pautarem sua vida por valores diversos do de outras aldeias. Mas é um grupo que deve ser apoiado e atendido em suas reivindicações, pois sua localização estratégica é fundamental para a melhor defesa da área.

CORREGO GRANDE

POPULAÇÃO, SITUAÇÃO DAS TERRAS

A aldeia de Córrego Grande, situada na Reserva Indígena Tereza Cristina, é a mais tradicional e a mais numerosa das aldeias Bororo do Vale do Rio São Lourenço. Em Julho de 1986 havia lá 126 pessoas, tal como se pode ver pelo quadro apresentado à p. 4.

Após a primeira avaliação, realizada em Setembro de 1985, enviamos um relatório circunstanciado a respeito da R.I. Tereza Cristina, onde apontávamos para a gravidade da situação fundiária desta área. Os dados apresentados no relatório foram levantados em reunião com os índios e, posteriormente, por Paulo Serpa que, em Brasília, analisou os documentos (não todos, pois o acesso a eles não lhe foi permitido) jurídicos sobre a questão das invasões. A partir destes dados sugerimos que fossem tomadas, de imediato, uma série de providências.

Em Julho de 1986, nesta segunda viagem de avaliação, realizamos novamente uma reunião com os índios e tudo indica que nenhuma de nossas recomendações foi acatada. Em Brasília Paulo Serpa deverá avaliar melhor a atual situação dos processos jurídicos que tratam da invasão das terras Bororo da R.I Tereza Cristina.

Por ora é possível adiantar, a partir da reunião realizada com os Bororo da aldeia de Córrego Grande, que há uma enorme insatisfação dos índios com relação aos advogados da FUNAI. Segundo eles estes advogados não tem se empenhado, efetivamente, no

sentido de dar uma solução aos problemas da terra e nem mesmo tem atuado nos conflitos havidos entre os índios e os pescadores, que continuam lesando os índios.

Nem mesmo alguns casos de solução mais simples, como o da área invadida por José Pinto, e já declarada judicialmente como de direito dos Bororo, vem sendo levados a bom termo. Tudo indica que falta apenas a expulsão dos invasores pelos advogados da FUNAI, que podem reivindicar a ação da Polícia para tal. É urgente que os advogados da FUNAI visitem a área pessoalmente e tomem as medidas necessárias, antes que a situação se agrave ainda mais, pelas novas invasões, pela venda das áreas a um número maior de pessoas, etc..

Gostaria de recomendar que, em todos os orçamentos, fosse prevista uma verba para os líderes Bororo se deslocarem a Brasília e Cuiabá, a fim de tratarem destas questões. Os índios reclamaram muito das dificuldades que lhes são impostas quando eles querem fazer estas viagens. Por outro lado havia, por parte deles, disposição para levar adiante suas reivindicações, sua luta pela terra.

Por serem os grandes interessados na solução destes problemas, ninguém melhor do que eles próprios para levá-los adiante, desde que tenham as condições para tal: verba para se deslocarem em suas viagens e assessoria efetiva dos funcionários da FUNAI.

Os Bororo reivindicaram também que se averiguasse melhor o caso do caminhão F 4.000 que eles haviam acabado de receber e que foi roubado após nem 4 meses de uso. Este não é o primeiro roubo de veículo que ocorre na FUNAI e os índios aguardam uma solução satisfatória para o caso.

ATIVIDADES DE SUBSISTÊNCIA: roças, caça, pesca, coleta

Os dados a respeito das atividades de subsistência em Córrego Grande deverão ser analisados por Paulo Serpa, em relatório separado.

SAUDE

A insatisfação dos Bororo com relação ao atendimento que vem sendo dispensado à saúde da comunidade continua, tal como já havíamos apontado no relatório anterior.

Faltam remédios e melhores condições para a enfermaria, que continua em situação absolutamente precária. A verba do POLONOROESTE, prevista para o atendimento à saúde não havia chegado.

Com relação ao atendimento odontológico os índios reclamaram do dentista da FUNAI, que demora muito para entregar as próteses dentárias. O dentista de Jaciara não atende mais, o que talvez explique a demora maior do dentista da FUNAI. De qualquer modo, tal como enfatizamos no primeiro relatório, os índios preferem um atendimento específico para eles, através de profissionais contratados pela FUNAI. A sobrecarga de trabalho no setor odontológico certamente poderia ser contornada através da indicação de mais um profissional para a área.

Também a EVS, que visitou a área apenas uma vez no período, deveria, tal como recomendamos no outro relatório, fazer visitas mais frequentes, a fim de melhor acompanhar a saúde da po

pulação.

A verba destinada pelo POLONOROESTE para alimentação dos recém-nascidos e suas mães também não chegou à aldeia, embora conste como verba aprovada e já enviada.

Inúmeros outros itens levantados durante a reunião com os Bororo de Córrego Grande, relativos à verbas aprovadas e supostamente enviadas à área, não haviam sido enviados (verba para desmatamento, para construção de um açude, contratação da professora, para aquisição de ferramentas, etc.).

Neste sentido seria fundamental que os índios tivessem sempre em mãos uma cópia do orçamento aprovado para a comunidade, para que tenham melhores condições de controlar o planejamento e o destino da verba a que eles deveriam ter direito. A participação da comunidade no planejamento e controle dos orçamentos é reivindicação antiga, que deve ser estimulada, e não solapada, como vem ocorrendo.

ESCOLA

A satisfação que os Bororo haviam demonstrado em 1985, com relação a sua escola, já não era a mesma.

A escola estava parada e, segundo eles, Irmã Maria (a professora de quem eles gostavam) só voltaria em um ano. Tinha lhes sido prometido que a professora substituta estaria na área em Agosto, para a retomada das aulas.

A nova sala de aula e a casa para merenda não haviam si-

do construídas. A horta, desenvolvida pela escola para complementar a merenda, não estava cuidada como em 1985.

A educação é atualmente item importante na vida Bororo e não pode ser relegada a um segundo plano. A alfabetização dos adultos e o conhecimento das operações matemáticas são fundamentais para que eles tenham melhores condições de gerirem seus próprios interesses.

PIEBAGA

Na aldeia do Piebaga a população havia aumentado, tal como pudemos constatar através do levantamento realizado; eram 37 pessoas em Setembro de 1985 e 42 em Julho de 1986.

TERRAS

Através de Sueli, assessora do POLONOROESTE pela SUDECO, os Bororo do Piebaga souberam que havia sido liberada uma verba para indenização da área Pachola dos Bacairi e daquela invadida por José Pinto, na área Bororo próxima à aldeia do Piebaga.

Segundo Silvino, o chefe da aldeia de Piebaga, após terem pago a área dos Bacairi, o advogado da FUNAI lhes disse que o dinheiro havia acabado. Seria de fundamental importância que um advogado da FUNAI fosse à área e explicasse a eles a real situação dos processos, tomando as medidas necessárias com a máxima urgência.

Na reunião feita com Silvino e os outros membros do grupo foram discutidos os seguintes pontos e formalizadas as seguintes reivindicações:

AGUA: Um dos grandes problemas é o do transporte e canalização da água. Os Bororo do Piebaga já dispõem de uma roda d'água; reivindicam agora a verba para montar a roda, fazer as valetas e puxar as mangueiras para cada casa.

SAUDE: Finalmente a enfermaria foi construída. Uma enfermeira, já contratada, trabalha na área, mas não se encontrava no local há 10 dias. Os índios não se mostraram nada satisfeitos com ela, principalmente pelo fato dela frequentar a fazenda de Zé Pinto (invasor da área Bororo, com quem os índios estão em conflito). Reclamaram também que ela não dá a devida assistência aos índios, tendo abandonado Silvino doente em Rondonópolis, quando este foi fazer exames (ele sofre de diabetes) e viajado para Cuiabá.

A EVS esteve na área, com a equipe completa, em Maio, devendo voltar em Agosto. Segundo Silvino eles estariam melhor atendidos se a EVS pudesse passar 3 vezes por ano na área, e não 2.

Graças a entendimentos feitos pelo Dr. Enzo, os Bororo podem, por enquanto, serem atendidos no Pronto Socorro em Rondonópolis, com o qual a FUNAI estabeleceu um convênio.

EDUCAÇÃO: A professora, cuja contratação já estava combinada com o Prefeito de Rondonópolis, deveria começar as aulas em Agosto. É importante que a escola comece logo a funcionar, pois apenas dois dos rapazes estão alfabetizados.

Para que a escola fosse construída a FUNAI se comprometera a mandar 400 litros de óleo, para puxar a palha e a madeira, mas até Julho o óleo não havia chegado.

ROÇAS: Foram derrubados 5 alqueires para uma roça de toco, prevista para garantir apenas a subsistência. Pretendem plantar milho, arroz, feijão, cana e banana. A mandioca já havia sido plantada.

A grande dificuldade é conseguir a verba para o óleo do caminhão e trator; até agora os índios estavam usando dinheiro próprio para comprar óleo e levar a turma até a roça. Mas o dinheiro é insuficiente e não dará para tudo.

Segundo Silvino a terra local é boa e se prestaria melhor a uma roça mecanizada, já que não precisa calcáreo e muito pouco adubo. Outra possibilidade aventada por eles seria arrendar a terra para um fazendeiro que dispusesse de trator e outros implementos, mas para tal não receberam a autorização da FUNAI.

Em relatório anterior já havíamos apontado para a importância de se dar um apoio efetivo a este grupo do Piebaga, que se localiza numa área estratégica da Reserva Indígena Tereza Cristina. Se este grupo não tiver condições de garantir sua própria subsistência, terá que fazer acordos com os fazendeiros vizinhos, que certamente virão a prejudicá-los.

Como as verbas da FUNAI vem minguando cada vez mais, eles se vem obrigados a se socorrer com os regionais fora da reserva. Já há algum tempo este grupo vem solicitando um trator equipado para que não tenham que arrendar as suas terras para quem disponha destes implementos que se tornaram imprescindíveis. Note-se que de todas as aldeias Bororo, só o Piebaga e o Pobori não dispõem de trator.

Na área há apenas um Dodge D400, 1980 de 4 cilindros. Eles pretendiam vender o Dodge e comprar um caminhão F4.000, que atenderia melhor as necessidades da comunidade, tanto para levar os doentes quanto para transportar a turma para a roça e percorrer a área para vigiá-la. Solicitaram-me que eu encaminhasse ao PO-

LONOROESTE a solicitação da verba para inteirar a compra do novo caminhão e é meu parecer que este pedido deva ser atendido.

Com verba do Projeto POLONOROESTE foi adquirido um rádio, já em funcionamento, compradas 3 cabeças de gado, construída a enfermaria e contratada a enfermeira.

É fundamental, tal como já afirmamos anteriormente, que os Bororo participem do planejamento destes orçamentos e tenham todas as condições de controlar a utilização das verbas aprovadas.

CONCLUSÕES

A primeira conclusão a que se pode chegar é que, apesar das recomendações apresentadas no Primeiro Relatório, muito pouca coisa mudou nestes dez meses.

É verdade que o Piebaga conseguiu o rádio, o Pobori a enfermaria, há promessas de contratação de professoras e de oferecimento mais sistemático da merenda escolar.

Mas isto é pouco. Os problemas mais graves enfrentados pelos Bororo aguardam ainda solução e a situação lamentável que havíamos encontrado em 1985 permanece inalterada. Algumas questões indignadas são pertinentes, e devem ser colocadas:

O que impede os advogados da FUNAI de exercerem as funções para as quais foram contratados? Por que razão eles nunca visitam a área, recolhendo informações e permitindo que os índios acompanhem melhor o andamento dos processos?

Por que até agora não foram resolvidos os casos de invasão da Reserva Indígena Tereza Cristina, muitos dos quais já "soluçionados" juridicamente? Por que tanta demora na homologação presidencial da Reserva Indígena de Tadarimana?

O que acontece com as verbas do Projeto POLONOROESTE que são aprovadas, supostamente enviadas e nunca chegam às áreas?

Por que até agora os índios não participam do planejamento dos orçamentos e, muito menos, do controle das verbas que são aprovadas?

Só para citar um único caso; é espantoso que não houves-

se remédios em nenhum dos postos visitados.

Imagino que seja função dos antropólogos que assessoram o Projeto POLONOROESTE analisar a situação das áreas, discutir com os índios os seus problemas e reivindicações, verificar se as verbas "enviadas" chegaram às aldeias e foram devidamente aplicadas.

Ocorre que, ao desempenhar estas funções o antropólogo assume um compromisso ainda maior com as comunidades que conhece e não tem a menor condição de garantir que as recomendações apresentadas serão seguidas. Nem mesmo conhecemos o alcance destas recomendações. Quais as respostas que os órgãos competentes fornecem?

Concretamente, creio que o único benefício que os índios obtem com esta avaliação é a oportunidade de discutirem com os assessores a situação em cada aldeia e, assim, terem uma visão mais ampla e sistemática dos problemas que os afligem. Estas discussões permitem, de certo modo, uma consciência mais crítica, que deixa de ser exclusiva dos líderes da comunidade.

para os antropólogos a assessoria, ao viabilizar as viagens a campo, extremamente dispendiosas num país de dimensões como o Brasil, permite contactos mais frequentes com os índios e a possibilidade de acompanhar mais de perto as transformações ocorridas.

Mas aquilo que se consegue é muito pouco frente aos objetivos pretendidos. O resultado é uma cortina de fumaça, onde se corre o risco de ver uma assessoria antropológica, pela sua mera existência, legitimar os descalabros da política indigenista no país.

ANEXOS

Mapas das aldeias Bororo, realizados por Luis Doniseti
Benzi Grupioni

Tadarimana

Pobori

Córrego Grande

Piebaga

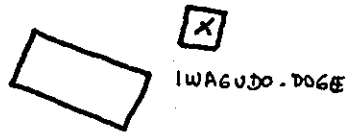
POSTO INDÍGENA
X

ALDEIA DO TADARIMANA

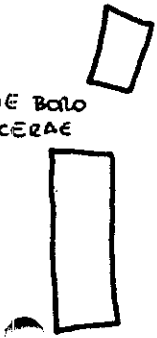
JULHO 1986



IWAGUDO-DOGE



CERAE BOLO
CERAE



BAI MANA
GEJEWU



X

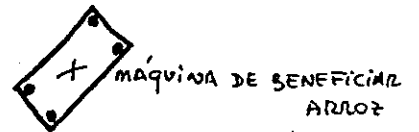


IWAGUDO-DOGE

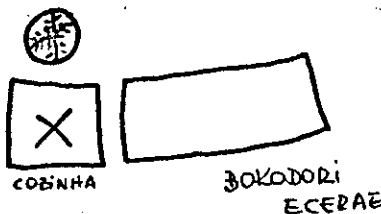
BOKODORI
ECERAE



X



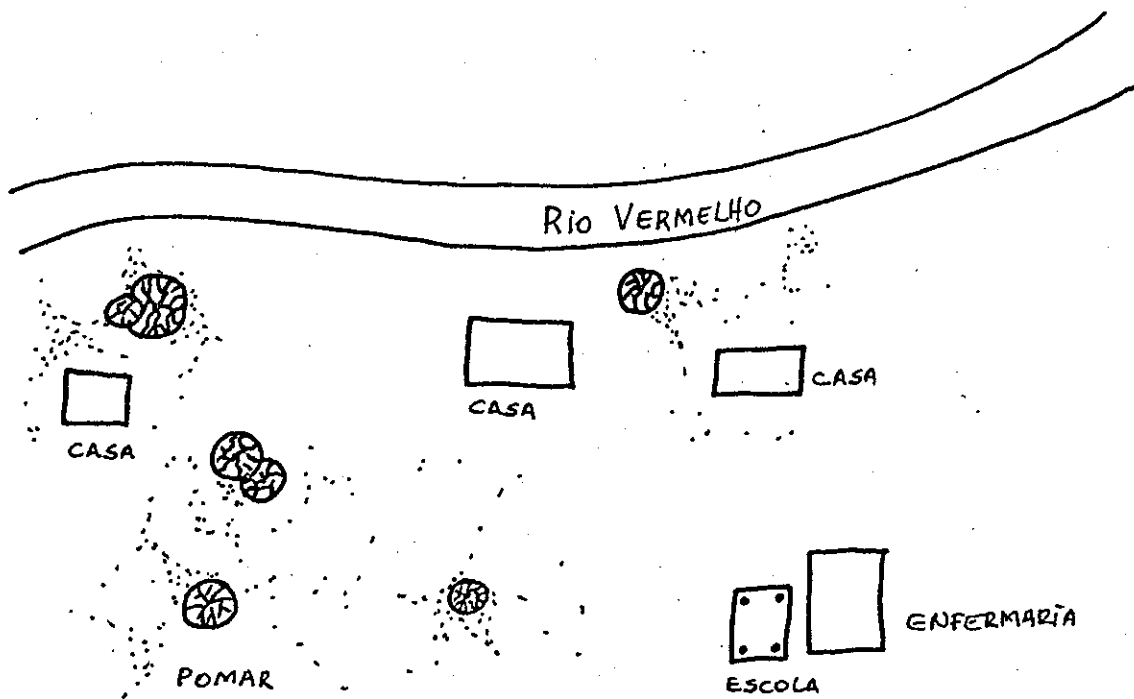
Rio

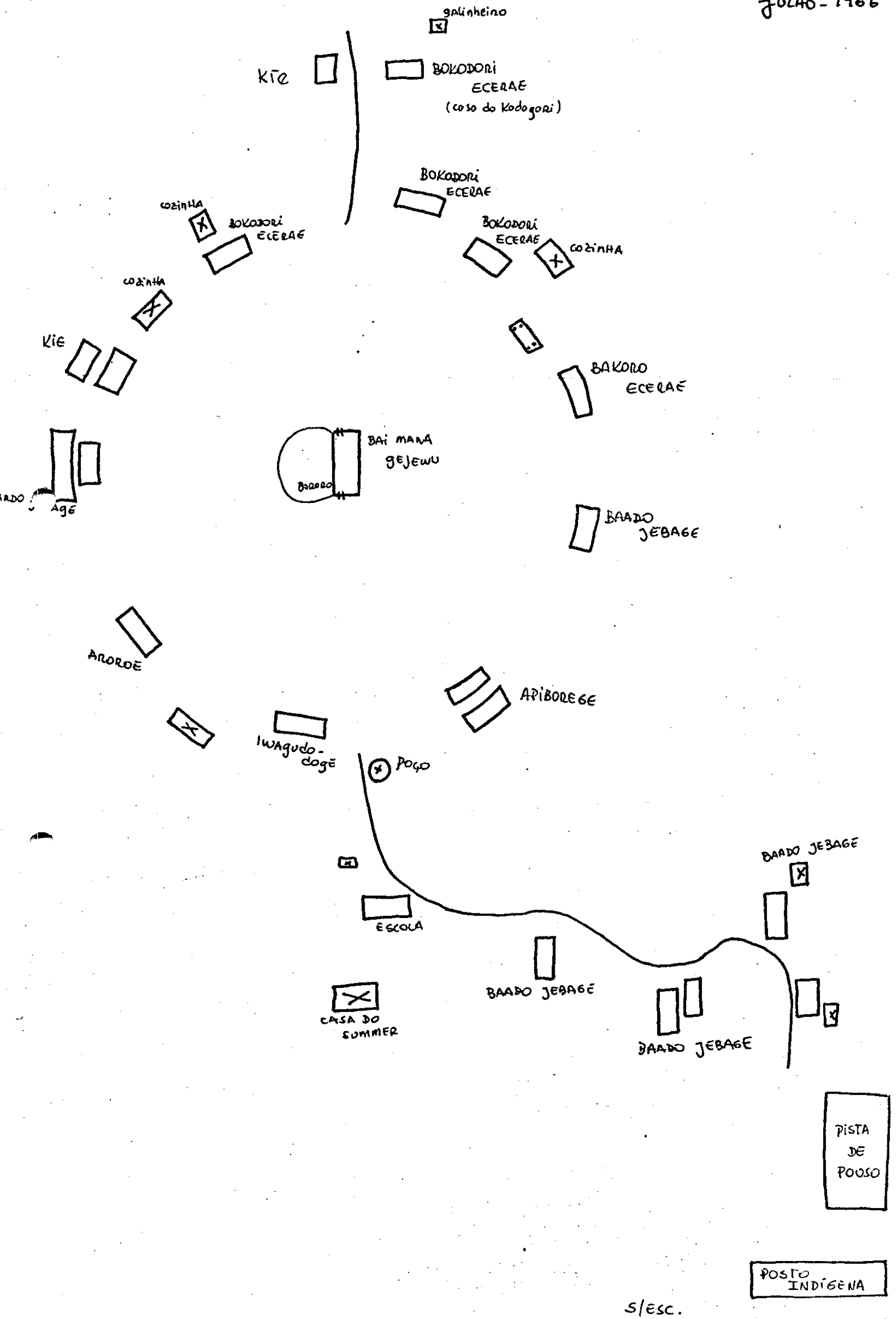


S./ESC.

29

ALDEIA DO POBORI
JULHO - 1986





ALDEIA DO PIEBAGA

JULHO-1986

